

Economia política da “segunda escravidão”.

Resenha do livro Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos

Resenha do livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Organizadores: Rafael Marquese e Ricardo Salles. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 321 páginas.

Glauber Lopes Xavier

A obra em epígrafe, publicada em 2016 pela Civilização Brasileira e organizada por Rafael Marquese e Ricardo Salles, resulta de um esforço de investigação empreendido por pesquisadores brasileiros, cubanos e norte americanos acerca de um tema candente não apenas para a história, mas para as ciências humanas e sociais de modo geral: a escravidão nesses países no decurso do século XIX. Compreendê-la, naquilo que reserva de peculiar em relação a escravidão que perdurou dos século XVI ao final do século XIX, trata-se de algo fundamental para a compreensão da formação social, econômica e política dos três países. A obra é fruto de um amadurecido diálogo entre os pesquisadores envolvidos, os quais compartilham da compreensão de que a chamada “segunda escravidão” ensejou, nos países em questão, processos escravagistas dinâmicos, correlacionados às demandas de acumulação por parte do capitalismo europeu durante o século XIX. O conceito de “segunda escravidão”, proposto por Dale Tomich, em 1988, é central nas reflexões dispostas ao longo dos cinco capítulos que formam a obra.

No primeiro capítulo, intitulado “Por que segunda escravidão?”, o historiador britânico Robin Blackburn, ao tentar responder a questão lançada no título, aponta as principais razões pelas quais é possível assegurar a existência de uma segunda escravidão. No capítulo, Blackburn data a segunda escravidão em 1790, tendo atingido seu auge na metade do século XIX. Tendo sido fundamental para os desígnios do capitalismo em franca expansão na Europa, a segunda escravidão, nas palavras de Blackburn, tratava-se de um regime escravista “mais autônomo, mais duradouro e, em termos de mercado, mais produtivo.” Ao contrário da primeira escravidão, engendrada em contextos coloniais, a segunda escravidão teve vigência em experiências pós-coloniais e em um quadro econômico bastante interligado, em que a dinâmica de produção das mercadorias na Nova América mostrava-se crucial para o

recrudescimento do processo de industrialização europeu. Daí a relevância da produção de algodão nos Estados Unidos, da cana-de-açúcar em Cuba e do café no Brasil, todas estas mercadorias produzidas sobre bases escravocratas, pelo menos em boa parte do século XIX, as quais tinham como destino os mercados da Europa. Além disso, Blackburn observa que, para seu sucesso, a segunda escravidão requereu outro papel do Estado (mais de apoio e incentivo do que de supervisão), bem como tinha um caráter mais intensamente racial do que a primeira escravidão. No mesmo capítulo, trata, dentre outras questões, do árduo processo de abolição da escravidão no Novo Mundo.

O segundo capítulo, cujo título é “A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão”, foi escrito por Dale Tomich e traduzido para a língua portuguesa por Angélica Freitas. Nele, Tomich desenvolve um quadro analítico da questão epistemológica, envolvendo a história e a economia enquanto ciências. Problematisa, sobretudo, os fundamentos da chamada “Nova história econômica”, a qual se sustenta teoricamente sobre as premissas do chamado modelo neoclássico no âmbito do pensamento econômico contemporâneo. Tomich tomou a chamada escola da “Nova história econômica” como peça de análise para realizar uma discussão sobre a segunda escravidão na ótica de seus teóricos, para os quais, mormente para os historiadores econometristas, os escravos foram considerados simplesmente como “capital” e tratados como uma “função de produção”. Este capítulo é fundamental para se compreender a obra, de tal modo que se poderia afirmar que, por meio dele, Tomich realiza uma economia política da segunda escravidão, uma vez que não apenas busca compreender o fenômeno, mas também problematizar criticamente os conhecimentos produzidos sobre ele com base nas condições materiais sob as quais este fenômeno foi erigido (produção e seus corolários) e não apenas no seu funcionamento (circulação e consumo).

No terceiro capítulo do livro, escrito por Rafael Marquese e Ricardo Salles, organizadores da obra, os autores tratam da escravidão no Brasil durante o século XVIII. O capítulo foi disposto em duas partes, sendo que a primeira foi dedicada à discussão historiográfica e a segunda destinou-se à breve exposição sobre a escravidão no Brasil oitocentista. Sobre a discussão historiográfica, os autores expuseram a emergência, durante o século XX, especialmente na segunda metade, de duas vertentes analíticas: uma excessivamente econômica, a qual forneceu inúmeras contribuições para a compreensão do regime escravocrata na sociedade brasileira, mas que legou ao escravo a condição de “coisa” e uma segunda vertente, voltada para o estudo dos aspectos culturais da escravidão, que, se por um lado buscou relatar o cotidiano das relações sociais atinentes à sociedade escravocrata, por

outro, conferiu uma dimensão exacerbada para fatos residuais, embora não destituídos de importância, no processo de cerceamento do tráfico e, em seguida, de abolição da escravidão no país.

No segundo momento do capítulo, dedicado à história da escravidão no século XVIII, os autores fornecem, a partir de uma periodização cindida em três momentos (formação 1790-1830; o apogeu 1830-1870 e a grandeza e crise 1860-1888), uma atenta explicação para a manutenção e aprofundamento da escravidão no decurso do século XIX, apontando a relevância do uso do conceito de “segunda escravidão”. Demonstram, ainda, como a permanência da escravidão atendia os interesses econômicos das elites nacionais ao passo que cumpria as exigências de um modelo de integração econômica junto às economias mais prósperas, mormente a economia inglesa naquele contexto. Ao realizarem tal exercício, os autores empreendem explicações bastante esclarecedoras para a compreensão da formação tardia do capitalismo brasileiro, bem como a existência de uma dinâmica regional eivada de contradições e disparidades sociais e econômicas.

O capítulo seguinte, escrito por José Antonio Piqueras, consiste numa minuciosa exposição da historiografia cubana sobre a escravidão e o processo de formação do capitalismo na ilha. Merece destaque o modo como a questão racial foi considerada pelo governo revolucionário de Fidel Castro. A princípio considerou-se que, com a revolução de 1959, o problema racial cubano teria sido eliminado. No entanto, como mostra o autor do capítulo em discussão, o fracasso de tal pressuposto levou Fidel Castro, já no final da década de 1980, a adotar políticas setoriais voltadas para a mitigação dos problemas raciais. No decorrer da leitura sobre o tratamento historiográfico conferido à questão racial, bem como o esforço de compreensão da formação do capitalismo cubano, é possível encontrar semelhanças com as indagações que motivaram a historiografia brasileira sobre os mesmos problemas. No tocante à escravidão, um ponto de inflexão que consistiu em uma maior preocupação com os processos de emancipação dos escravos, as manumissões e coações, levou ao maior privilégio da história dos oprimidos, em detrimento da história oficial, a dos dominantes. Com efeito, no tocante à formação do capitalismo cubano, a nova historiografia passou a conferir relevância aos processos que configuraram a chamada “segunda escravidão”, a qual emergiu da relação entre a economia exportadora cubana e o progresso industrial europeu no bojo de uma nova divisão internacional do trabalho.

O quarto, e último capítulo da obra, versa sobre a escravidão nos Estados Unidos. Escrito por Edward Baptist, boa parte de seus parágrafos foram destinados à problematização do fazer história nos Estados Unidos, ou seja, de como os discursos historiográficos

legitimam um modelo de sociedade em que a segregação racial tem como substrato o passado escravista. Baptist mostra que, à medida que os conflitos raciais recrudesceram, transformações se operaram no âmbito da produção acadêmica sobre a escravidão nos Estados Unidos, de tal modo que a compreensão do passado colocava-se como imperiosa necessidade sempre que tais conflitos emergiam. Seu esforço, na esteira de uma sinédoque histórica, revestiu-se de um caráter ensaísta, privilegiando concomitantemente os processos históricos decisivos do século XIX, período áureo da economia algodoeira norte-americana, e os processos econômicos, sociais e políticos da história recente dos Estados Unidos.

A obra alvo da resenha em questão vem somar-se a outras que tem a escravidão como problema central de análise. Nas últimas décadas, proliferaram estudos históricos sobre essa temática, promovendo revisões de considerável importância sobre a natureza e a dinâmica da escravidão no século XIX. Ao mesmo tempo, novos procedimentos metodológicos foram empregados, como é o caso dos chamados estudos comparativos. A obra em questão apoia-se nesse procedimento e trás, por sua vez, uma contribuição tanto teórica, quanto metodológica, além do debate historiográfico que promove sobre a escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Apesar das divergências, e que não são poucas – produto das especificidades da formação social, política e econômica de cada um desses países – os três possuem em comum o papel que ocuparam (enquanto economias complementares, de base primário-exportadora) para o progresso do capitalismo europeu durante o século XIX, revelando que sob a “segunda escravidão” residia uma economia política complexa, prenhe em conflitos de toda sorte. A obra ora resenhada se coloca enquanto valiosa contribuição para o deslindamento dessa economia política da “segunda escravidão”.

Sobre o autor:

Glauber Lopes Xavier

Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás.

Artigo recebido em 24/07/2017

Aprovado em 10/08/2017

Como citar essa resenha:

XAVIER, Glauber Lopes. Economia política da “segunda escravidão”. Resenha do livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.